



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer nº 12/2025 sobre o Projeto de Lei nº 23/2025, de autoria do chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

I – EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

1. O Projeto de Lei nº 23/2025, de autoria do chefe do Poder Executivo, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.
2. A Lei de Diretrizes Orçamentárias está prevista no artigo 165, §2º da Constituição Federal, que compreenderá as metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte, bem como orientações para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), regras de controle e gastos, critérios para limitação de empenho e metas fiscais.
3. O autor da proposta afirma que as metas fiscais a serem perseguidas pelo Governo Municipal no exercício de 2026 foram estabelecidas tendo em vista as mudanças ocorridas no ambiente macroeconômico e a necessidade do setor público responder a estas, fomentando a economia doméstica e estimulando a demanda agregada, de modo a possibilitar a retomada do crescimento e elevação da prestação de serviços públicos.
4. De acordo com o artigo 1º do projeto em comento, a lei estabelece:

Art. 1º - Esta lei estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2026, orienta a elaboração da Lei Orçamentária do respectivo exercício, e



dispõe sobre assuntos determinados pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

5. É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

4. Compete a esta Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre projetos de lei relativo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme dispõe o artigo 46, II, a, do Regimento Interno desta Casa.
5. A competência de iniciativa do Chefe do Poder Executivo foi observada, conforme prevê o artigo 165, II, da Constituição Federal e do artigo 138, II, da Lei Orgânica.
6. Quanto aos aspectos procedimentais foram realizadas audiências públicas tanto na fase de elaboração do projeto pelo Executivo, quanto na fase de apreciação da matéria no âmbito legislativo, em consonância as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o Regimento Interno desta Casa.
7. O projeto apresenta devidamente o demonstrativo de evolução das receitas comparando à estimativa constante no PPA.
8. Referente aos Programas e Ações, verifica-se que ele contempla todos os programas e ações, com suas metas físicas e financeiras.
9. O executivo apresenta também os programas e ações que devem refletir o Plano de Governo, cuja fonte de recursos para sua execução está devidamente prevista.
10. Por fim, no mérito, observa-se que a proposta foi elaborada em observância as determinações legais concernentes ao tema, com base nas necessidades do Município, objetivando o interesse público.
11. A aprovação da matéria exige o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal (cinco votos), em um único turno de votação, conforme estabelece o artigo 96, §2º, do Regimento Interno.



12. Dessa forma, a proposta está de acordo do ponto de vista orçamentário e financeiro.

III – CONCLUSÃO

13. Diante do exposto, esta Comissão de Finanças e Orçamento manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação do Projeto de Lei nº 23/2025 sob a ótica orçamentária e financeira.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2025.


VER. CLEITON MINEIRO
Relator da CCJR


VER. BENEDICTO MARTINS
Presidente da CCJR


VER. LUCAS DENEVITZ
Membro da CCJR